

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. A LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO

LANDLESS WORKERS' MOVEMENT. THE STRUGGLE FOR GENDER EQUALITY

MOVIMIENTO DE LOS TRABAJADORES RURALES SIN-TIERRA. LA LUCHA POR LA IGUALDAD DE GÉNERO

Camila de Andrade¹
Camilla Maria da Silva Florindo²
Gabrielle Fernanda Rocha Pinto³
Luana Vitória Bastos de Castilhos⁴
Glacielli Thaiz Souza⁵

Resumo

O objetivo central do artigo é abordar a questão de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Para tanto, foi necessário contextualizar o surgimento da temática dentro do Movimento, bem como seus avanços, lutas e retrocessos históricos. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, na qual se constatou que, a partir 1980, a luta das mulheres se fortaleceu no MST, por meio da criação de movimentos, folhetins, cartilhas, participações políticas, documentações e a criação da Constituição Federal de 1988. O Movimento de Mulheres Camponesas e o Setor de Gênero do MST tiveram um papel de destaque nesta luta. Porém, ainda hoje, a luta pela igualdade de gênero é contínua e há pautas que necessitam ser debatidas.

Palavras-chave: MST; movimento; mulheres; gênero.

Abstract

This article objective is to address the gender issue within the Landless Workers' Movement (MST). It was necessary to contextualize the emergence of the issue within the Movement, as well as its historical advances, struggles, and setbacks. The methodology used in this work was bibliographic research, in which it was found that, from 1980 on, the struggle of women was strengthened within the MST, through the creation of movements, pamphlets, primers, political participation, documentation, and of the Federal Constitution of 1988. The Peasant Women's Movement and the Gender Sector of the MST played a prominent role in this struggle. However, even today, the fight for gender equality is continuous and there are agendas that need to be discussed.

Keywords: MST; movement; women; gender.

Resumen

El objetivo central del artículo es tratar la cuestión de género en el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin-Tierra (MST). Para ello, fue necesario contextualizar el surgimiento de la temática dentro del Movimiento, así como sus avances, luchas y retrocesos históricos. La metodología utilizada en este trabajo fue la investigación bibliográfica, en la que se pudo constatar que, a partir de 1980, la lucha de las mujeres se ha fortalecido en el MST, por medio de la creación de movimientos, folletos, cartillas, participaciones políticas, documentaciones y la promulgación de la Constitución Federal de 1988. El Movimiento de Mujeres Campesinas y el Sector de Género del MST han tenido un rol destacado en esa lucha. Sin embargo, aún hoy, la lucha por la igualdad de género es continua y hay temas que necesitan ser debatidos.

¹ Graduanda do curso de Serviço Social da UNINTER. E-mail: cami22399@gmail.com

² Graduanda do curso de Serviço Social da UNINTER. E-mail: camillaflorindo@gmail.com

³ Graduanda do curso de Serviço Social da UNINTER. E-mail: gabriellefernandapr@gmail.com

⁴ Bacharel em Serviço Social (UNINTER). E-mail: luanavba.castilhos@hotmail.com

⁵ Bacharel em Serviço Social (UNIBRASIL). Especialização em Questão Social em uma perspectiva Interdisciplinar (UFPR), Mestrado em Tecnologia e Sociedade e Doutora em Tecnologia e Sociedade (UTFPR). E-mail: glacielli.o@uninter.com

Palabras-clave: MST; movimiento; mujeres; género.

1 Introdução

Esta pesquisa tem por finalidade apresentar a pauta da questão de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Para isso foi necessário contextualizar o surgimento dos debates acerca desse tema dentro do MST, bem como os avanços, lutas e retrocessos vivenciados ao longo do decorrer histórico. Ademais, pode-se indagar a relação entre a questão de gênero e a luta pela reforma agrária, uma vez que a exclusão das mulheres prejudicava esse objetivo do MST — um dos principais.

O reconhecimento dos direitos das mulheres dentro do Movimento sempre foi muito complexo, mas práticas de igualdade vêm sendo implementadas; o MST está tentando romper os valores tradicionais que ocasionam o agravamento da desigualdade de gênero. No decorrer da luta das mulheres também houve a criação de diversos folhetins, cartilhas, folhetos, muita participação política e a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), entre outros, que ajudaram a fortalecê-la. O Movimento de Mulheres Camponesas e o Setor de Gênero do MST foram fundamentais para isso.

Para abordar o presente artigo, realizou-se pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos, cuja análise permitiu traçar o caminho para delimitar as questões levantadas e explicitadas. Segundo Gil (2002), essa metodologia utiliza materiais já produzidos para construir um novo, agrupando ideias de diversos autores para fundamentar a construção. Tendo isso em vista, a seguir será tratada a questão de gênero dentro do Movimento Sem Terra e suas nuances, bem como as considerações finais acerca da pesquisa.

2 A questão de gênero no MST

Assim como qualquer movimento social, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra possui uma diversidade e uma heterogeneidade gigante entre seus membros; embora o movimento esteja avançando nos seus atuais e principais objetivos — conquista de terras, agricultura e educação — as questões de gênero dentro do Movimento e a garantia dos direitos básicos das mulheres são pautas que ainda necessitam de visibilidade e debate.

Magrini (2015) sintetiza que, segundo a cientista social Maria Ignez Paulilo e a historiadora Cristiani Bereta da Silva, as discussões sobre as questões de gênero dentro do MST são evidentes desde a década de 1980, quando se deu o período de redemocratização e o estabelecimento dos movimentos feministas no Brasil, que foram vigorosamente influenciados

e fortalecidos pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). O MMC é movido pelo reconhecimento e pela valorização das trabalhadoras rurais, defendendo lutas como: “a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários, participação política, entre outros”⁶. Porém nessa época o movimento de mulheres rurais esteve centrado principalmente em duas pautas: melhoramento nos benefícios da seguridade social e maior participação das mulheres nos sindicatos.

Em 1985 ocorreu o 1º Congresso Nacional do MST; pela primeira vez uma ação do Movimento teve o objetivo de promover a igualdade de gênero. Nesse Congresso Nacional foi definida a participação mínima de 30% de mulheres nas instâncias organizativas e foram aprovadas normas gerais, visando combater a discriminação de gênero e o machismo. Mudanças mais efetivas ocorreram pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), na qual as reivindicações a respeito dos direitos das mulheres à terra foram mais fortemente planeadas e a luta pelo reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais e não como domésticas foi intensa (MAGRINI, 2015).

No ano seguinte, em 1986, a Comissão Nacional dos Assentados criou o primeiro *Caderno de Formação – A Luta Continua: como se organizam os assentamentos*. Em um item desse Caderno expõe-se a necessidade da presença de mulheres trabalhadoras em todos os níveis de organização do Movimento (MST, 1986). Nesse mesmo Caderno de Formação, apresentam-se as decisões a respeito das mulheres agricultoras, tomadas no II Encontro Nacional dos Assentados:

- 1.º) Que os homens apoiem as iniciativas e a organização das mulheres, dando força para suas esposas participarem.
- 2.º) Que os assentamentos onde as mulheres já têm organização ajudem as mulheres dos outros assentamentos onde não há esta organização e está difícil de começar a nível de estado.
- 3.º) Que as mulheres assentadas incentivem e animem as mulheres dos sem-terra a participar das reuniões e do Movimento.
- 4.º) Que nas comissões dos assentamentos, estaduais e nacional, as mulheres conquistem o seu espaço, sem paternalismos, mas sendo-lhes reconhecida a capacidade de ocupar tais cargos.
- 5.º) Que as secretarias estaduais dos sem-terra enviem material para ajudar a organização das mulheres nos assentamentos.
- 6.º) Que as mulheres participem na renovação sindical, exijam o direito de associação e conquistem seu espaço nas diretorias.
- 7.º) Que as mulheres votem nos candidatos que são mulheres e/ou trabalhadores que defendem os direitos dos assentados e das mulheres na Constituinte.
- 8.º) Que, ao tirar documentos em que conste a profissão, as mulheres possam colocar que são trabalhadoras rurais, não aceitando a simples denominação ‘doméstica’ ou ‘do lar’. Isto é importante agora na troca de título de eleitor e em caso de título de eleitor e em caso de núpcias na certidão de casamento, entre outros (MST, 1986, p. 33).

⁶ <https://mmcbrasil.org/home/historia/>

Apesar disso, ainda em 1986 as mulheres trabalhadoras rurais assentadas pelo MST denunciaram a falta de relações igualitárias dentro do Movimento, pois antigos preconceitos ainda existiam naquele meio (MELO, 2015). Em seguida, o texto *Construindo o Caminho* foi lançado, visando solucionar o problema em relação à participação política das mulheres na luta pela reforma agrária (PEREIRA; JAHN, 2013).

Em 1987, foi editado o *Caderno de Formação n. 12* relativo ao 3º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no qual se fala sobre a necessidade de estimular a participação das mulheres no Movimento para ampliá-lo em todos os sentidos; insiste-se sobre a necessidade de uma comissão ou equipe em cada assentamento com representação de mulheres e define-se o dia 8 de março como o Dia da Mulher Trabalhadora, uma data a ser comemorada nacionalmente por todos (MST, 1987). Segundo Bereta (2004, p. 269) “o não-envolvimento político das mulheres na luta era um problema que estava prejudicando o desenvolvimento do Movimento”.

Em 1988, houve uma aceleração na reforma agrária por conta das ocupações e o MST adotou a exigência da distribuição e titulação conjunta de terra para os casais, assim como a meta de mulheres nas lideranças de acampamentos e assentamentos (DEERE, 2004). Dado isso, aconteceu o Primeiro Seminário Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais; as mulheres se reuniram pelo seu direito à terra na reforma agrária e fizeram um forte lobby que conseguiu efetivar uma emenda popular à Constituição, resultado de uma campanha nacional de assinaturas. Segundo Deere (2004), a Constituição Federal de 1988 foi fundamental para a consolidação de diversos direitos das mulheres trabalhadoras rurais; nela também foram estabelecidos direitos iguais para homens e mulheres em área rural e urbana no que diz respeito à legislação do trabalho e aos benefícios da previdência social.

Os direitos conquistados em 1988 também foram produto da pressão dos movimentos feministas e de mulheres rurais, principalmente do MMC e da CONTAG que, através da Constituição Federal de 1988, aprovou o direito à aposentadoria às mulheres do campo: “sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos [...]” (BRASIL, 1988, p. 62).

Porém essa reforma constitucional não alterou os critérios de seleção das beneficiárias; dessa forma as mulheres continuaram a serem oprimidas pelos critérios que privilegiavam os homens, visto que o *Estatuto da Terra*, de 1964 — em vigor até 1985 — priorizava o chefe da família, considerado como tal o homem ou o filho mais velho. O critério a respeito da quantidade de experiência agrícola também discriminava as mulheres, pois elas não conseguiam oportunidades para adquirir experiência (DEERE, 2004).

Outra crítica que as mulheres fizeram em relação à sua participação no MST em 1988, se deu através do Caderno de Estudo chamado *A mulher nas diferentes sociedades*. Nele afirmase que a maior participação das mulheres nos movimentos da causa é algo importante, e que elas não contam com as mesmas oportunidades que os homens para ir atrás de seus direitos (MST, 1988).

Então, em setembro de 1989, foi publicado o *Caderno de Normas Gerais do MST*, incluindo o capítulo *A articulação das mulheres*. Essa orientação teve como objetivo combater a discriminação e o machismo, criar e organizar grupos de mulheres para que tivessem um espaço para discutir seus problemas específicos, estimular a sua participação em todas as formas de organização do MST e organizar uma comissão de mulheres em nível nacional (MST, 1989).

Em 1989 também ocorreu a interrupção do funcionamento da Comissão Nacional de Mulheres do MST. Apesar de todos os avanços, nessa época as questões de gênero ainda eram vistas como secundárias e causadoras de divisões. Até se sugeriu às mulheres que se juntassem a outras organizações, ou então que questões de gênero fossem tratadas como questões de classe. Segundo Deere, o MST, de todos os movimentos rurais, era o que menos se manifestava sobre questões de gênero, principalmente por considerar classe e gênero questões incompatíveis.

No Artigo 45 do *Documento Básico de 1993* (MST, 1994), isso se tornou claro. Dizia que o movimento deve rotular "questões específicas das mulheres e de sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, tratando como classe e não enquanto gênero" (MST, 1996, p. 5-6). Porém, no Artigo 152 desse mesmo documento, um objetivo do Movimento é encorajar o papel da mulher na produção e sua participação nas cooperativas; também era necessário "lutar contra a desigualdade e o tradicionalismo que existe entre os camponeses" (MST, 1996, p. 6).

Na origem dos movimentos das mulheres dentro do MST, as questões de gênero discutidas quase sempre foram pelo direito das mulheres à terra, ao trabalho e seus direitos trabalhistas — isso quando questões de gênero dentro do Movimento não eram consideradas apenas secundárias ou um transtorno (LECHAT, 1993). A partir de 1990, o discurso feminista das mulheres dentro dos sindicatos se tornou mais visível e evidenciado, assim como os estudos e debates sobre o conceito de gênero.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) organizou o seu primeiro encontro sobre a *Questão da Mulher Trabalhadora* em 1989, tratando de assuntos no meio urbano e rural; em 1990 criou-se uma Comissão de Mulheres Rurais, ligada ao seu Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais, para tratar do descaso e falta de reconhecimento da mulher rural

enquanto trabalhadora, bem como para falar sobre a baixa participação das mulheres nos sindicatos.

Na década de 1990, atribuiu-se um espaço maior para que mulheres pudessem ser líderes e participantes do Movimento; nesse mesmo ano ocorreu o 2º Congresso Nacional do MST, o qual, segundo Furlin (2013), trouxe mais avanços nas questões de gênero e o Movimento assumiu novas responsabilidades com as mulheres. Segundo Melo (2015), o MST estava percebendo a necessidade de englobar a luta feminina dentro do Movimento, sem o entender como um movimento separado.

O segundo encontro de mulheres trabalhadoras da CUT ocorreu em 1991; nele reivindicou-se que os nomes das mulheres aparecessem nos títulos de terra da reforma agrária e discutiu-se sobre a implementação dos benefícios à aposentadoria. No mesmo ano, o presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) vetou a implementação da legislação da licença-maternidade remunerada para mulheres da agricultura familiar; ainda no governo Collor e no governo Itamar Franco, nenhuma propriedade foi desapropriada por ser de interesse social, então o MST aumentou a sua ocupação de terras.

Posteriormente, em 1993, a CUT aprovou um sistema de cotas para que 30% dos líderes regionais, estaduais e nacionais fossem mulheres, e na eleição de 1994 foram eleitas 9 mulheres entre 32 líderes nacionais. Ademais, nesse congresso de 1994 também se tomou a decisão de fundir o Departamento Rural da CUT com a CONTAG, o que ocasionou um enfraquecimento na luta das mulheres, por conta da dispersão que houve na Comissão de Mulheres Rurais da CUT.

Em 1995, aconteceu o 3º Congresso Nacional do MST; entre os objetivos gerais, um deles demonstrava uma preocupação em relação às mulheres que até então não havia sido implementada em nenhum congresso do movimento e se buscou o envolvimento igualitário da mulher dentro do MST. Outrossim, no 3º Congresso Nacional foi aprovado o Programa Agrário, no qual uma seção inteira esteve dirigida à situação das mulheres no campo. Em relação às mulheres, entre os fundamentos gerais deste documento estava:

4. f) Instalar agroindústrias no campo sob controle dos camponeses e demais trabalhadores, gerando alternativas de trabalho e renda, em especial para a juventude e as mulheres;
6. e) Combater, permanentemente, todas as formas de preconceito social, para que não ocorra a discriminação de gênero, idade, etnia, religião, orientação sexual, etc.;
7. e) Combater todas as formas de violência contra as mulheres e crianças, penalizando exemplarmente a seus praticantes (MST, 1996, p. 36-37).

O primeiro encontro da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

(ANMTR) aconteceu em 1995 também. Esse encontro reuniu mulheres de vários movimentos rurais; nele se discutiu sobre os direitos que as trabalhadoras urbanas já possuíam e que deveriam ser garantidos também para as trabalhadoras rurais. Segundo a ANMTR, a luta das mulheres estava dividida em duas: igualdade de gênero e classe trabalhadora.

Logo após, organizou-se o Coletivo Nacional de Mulheres do MST, que foi de uma grande importância para que o gênero fosse uma pauta de mesmo valor dentro de todos os campos de atuação do MST; isso acarretou a aprovação de um plano de trabalho através da cartilha *A questão da mulher no MST*, fruto do Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST (FURLIN, 2013). Nessa cartilha, apresenta-se um histórico do capítulo *A articulação das mulheres*, da primeira edição de Normas Gerais do MST em 1989, do Documento Básico do MST de 1993 e do Programa Agrário de 1995. Além da base histórica, na cartilha apontou-se que os acampamentos e os assentamentos reproduziam as mesmas formas de opressão que o meio urbano, que o trabalho com/sobre/das mulheres era considerado secundário, que elas não possuíam representatividade e havia uma diferença entre as questões de gênero na teoria e na prática. Porém, também se reconheceu que a conscientização sobre a existência do problema e o fato de o MST estar discutindo essas questões de gênero, podiam ser considerados como avanços (MST, 1996).

Em outubro desse mesmo ano ocorreu o 1º Encontro Nacional da ANMTR, um encontro de rede nacional com o tema “igualdade para as trabalhadoras rurais”. Visou-se a efetivação dos direitos já adquiridos na Constituição Federal de 1988, realizou-se um debate sobre como a falta de documentos e de escolaridade limitava a luta das mulheres e sobre a existência de uma cultura sexista que desvaloriza a mulher no meio rural. A partir desse encontro, as mulheres também começaram a executar ações ordenadas e distribuídas em nível nacional no dia Internacional da Mulher (8 de março). A primeira atividade da ANMTR foi voltada à obtenção dos documentos oficiais para mulheres rurais sob a frase concisa “ter documentos pessoais e os dos trabalhadores é um passo na conquista por nossa cidadania” (ANMTR, 1997, p. 26-27).

Três anos depois de a CONTAG se juntar à CUT, em 1997, a CONTAG reuniu a Primeira Plenária de Mulheres Trabalhadoras Rurais, cujo foco foi a cota de 30% das eleições sindicais, os benefícios da seguridade social para as mulheres e que as mulheres fossem inseridas no registro de terra dos assentamentos; em 1998 o sindicato adotou essa cota (CONTAG, 1997).

O Coletivo Nacional de Mulheres foi reconstruído em 1999 como Coletivo Nacional de Gênero, contando com o mesmo número de mulheres e homens como membros. As cartilhas então passaram a ser assinadas por esse novo Coletivo que, já na primeira cartilha, mudou de

nome novamente e passou a se chamar Setor Nacional de Gênero. Segundo Deere (2004), as cartilhas tratavam sobre discussões da definição de gênero e as relações do mesmo com o MST, a fim de promover reflexões sobre esse assunto. Então, em 2000, o Coletivo foi organizado oficialmente como Setor.

Esse Setor de Gênero é a criação mais importante do Movimento em relação às mulheres e está vigente até os dias atuais. O Setor de Gênero ampliou as discussões a respeito da participação igualitária dentro do Movimento, a luta contra o sexismo e a violência e atua garantindo os direitos das mulheres em todos os campos de atuação do MST, através da prática e da teoria. Os objetivos e efetivações definidas pelo Setor de Gênero são:

1. Garantir que o cadastro e o documento de concessão do uso da terra sejam em nome do homem e da mulher;
2. Assegurar que os recursos e os projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham) e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família;
3. Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados;
4. Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres;
5. Garantir que em todos os núcleos de acampamentos e assentamentos haja um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordenem as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participem de todas as atividades como representantes da instância;
6. Garantir que, em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil [creche do MST] para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher);
7. Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional;
8. Garantir a participação das mulheres na frente de massa e SCA (Sistema Cooperativista dos Assentamentos) para incentivá-las a ir para o acampamento, participar das atividades do processo de luta e serem ativas no assentamento;
9. Realizar discussões de cooperação ampla, procurando estimular mecanismos que liberam a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios e lavanderias, comunitários etc.;
10. Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica;
11. Combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças, que são as maiores vítimas de violência no capitalismo. (O SETOR DE GÊNERO..., 2010, n. p.)

Para Deere (2004), a transigência do MST às questões de gênero no final da década de 1990 e começo da de 2000, está ligada a vários fatores, mas principalmente ao fato de a exclusão das mulheres prejudicar o desenvolvimento dos assentamentos e a sua participação nas associações e cooperativas, o que automaticamente acarreta uma estagnação no Movimento.

Em fevereiro de 2000, realizou-se o 4º Congresso Nacional do MST, no qual mais objetivos em relação às mulheres foram apresentados. Em seguida, a ANMTR e o MST organizaram uma mobilização de 3 mil mulheres trabalhadoras rurais que acamparam em 24 estados do país; tal mobilização foi chamada de “Primeiro Acampamento de Mulheres Rurais”.

Como só ocorria a distribuição e a titulação conjunta da terra no MST, a exclusão de mulheres era grande por diversos fatores; por exemplo, quando havia ausência do marido, as mulheres não conseguiam crédito para a produção; quando o casal se separava, a mulher perdia todos os seus direitos e era obrigada a deixar aquela terra para que o marido permanecesse. Além disso, o processo de ir para outro acampamento atrás de terra é muito complicado e desgastante. Segundo Deere (2004), na luta pela terra há a participação de toda a família, então o justo seria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) fazer o cadastro no nome do homem e da mulher.

Ainda em 2000, a CONTAG realizou eventos pelo Brasil todo pela celebração do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. O protesto planejado para Brasília foi a Marcha das Margaridas, no aniversário do assassinato da líder sindical Margarida Alves, que contou com 36 mil mulheres. Nessa marcha, novamente houve reivindicações a respeito da documentação da terra ser feita no nome do casal ou apenas no nome das mulheres quando solteiras. Ainda em agosto, o presidente do INCRA, Orlando Muniz, anunciou que “o instituto vai modificar os títulos de propriedades rurais, para que saiam em nome dos casais e não apenas no do homem, corrigindo a distorção reclamada pelas trabalhadoras” (PÁGINA AGRÁRIA, 2000, n. p.).

No começo de 2001 forma-se um novo escritório, encarregado de reformar todos os critérios e normas a fim de facilitar o acesso das mulheres rurais aos benefícios da seguridade social. Inclusive o INCRA teve que rever todos os formulários usados no processo de seleção dos beneficiários da reforma agrária, colocando então o nome da esposa junto ao nome do marido.

Em 2003, foi lançada outra cartilha através do Setor Nacional de Gênero: *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder*. Os textos desta cartilha dividem-se em 8 artigos e afirmam que a desigualdade entre homens e mulheres também se dá por conta da luta de classes e do padrão de gênero que a sociedade reproduz. Nesse mesmo ano, em 2003, houve uma mudança e um avanço na forma de o MST falar sobre questões de gênero; reconheceu-se a dificuldade de tratar essa questão, pois apenas naquele ano o tema passou a ser estudado mais profundamente pelos membros do movimento (MST, 2003).

Uma das formas de o MST abordar o conceito de gênero, foi a do movimento feminista marxista, como pensa Clara Araújo:

[...] Trata-se de importante recurso analítico para pensar a construção/desconstrução das identidades de gênero, isto é, os caminhos através dos quais os atributos e lugares do feminismo e do masculino são social e culturalmente construídos, muito mais como significados do que como essência. Gênero é relacional e, nesse sentido, um gênero só existe em relação com o outro. Essa característica permite considerar que tanto o processo de dominação quanto o de emancipação envolvem relações de interação, conflito e poder entre homens e mulheres. Numa perspectiva política, nos obriga a ampliar o olhar sobre os atores. O problema deixa de ser apenas das mulheres, requerendo alterações nos lugares, práticas e valores dos atores em geral. Esse conceito contribuiu para incorporar na agenda feminista a luta no plano da cultura e a ideologia, fornecendo um espaço para a subjetividade na construção e reprodução dos lugares e significados socialmente identificados com o masculino e o feminino (ARAÚJO, 2000, p. 69).

Segundo Atiliana Bruneto, coordenadora do Setor de Gênero, foi em 2012 que o MST começou a conscientizar as mulheres em relação à violência, à sua participação no Movimento e a problemas econômicos (MST, 2015). Em 2013, de 18 a 21 de fevereiro, ocorreu o I Encontro Nacional do MMC com o tema *Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra a mulher* (CNBB, 2013). Segundo Noeli Taborda (CNBB, 2013, n. p.), o objetivo do encontro foi:

Fortalecer o Movimento de Mulheres Camponesas desde a base à direção Nacional, dando visibilidade ao papel importante que a mulher exerce na produção de alimentos, celebrando conquistas e planejando o futuro.

Com o Movimento já avançando em alguns aspectos, em 2015 o Setor de Gênero lançou o folheto *Mulheres Conscientes na Luta Permanente*. O texto explica a violência que as mulheres sofrem por conta de diversas condições: pobreza, fome, luta pela terra e a publicidade (SANTO, 2015). No texto também se expõe que as mulheres passam por muitas dificuldades ao tentarem sair de uma situação de violência, principalmente por conta da situação financeira e do medo de denunciar. Para lidar e enfrentar esse problema, o folheto sugere que essa questão seja mais discutida em todos os acampamentos, assentamentos e escolas, para acionar sempre a justiça e tornar as agressões mais visíveis (MST, 2015).

O MMC e o Setor de Gênero são dois fatores muito importantes na conquista e na garantia dos direitos das mulheres camponesas. Segundo Soares (2018), atualmente essas mulheres possuem reconhecimento e direitos básicos, políticos e trabalhistas, que são muito importantes e integram a cidadania dessas mulheres, porém o trabalho delas ainda é visto como uma “ajuda” e um “complemento” ao trabalho masculino. Ademais, a partir desse reconhecimento como cidadão, a luta pela igualdade de gênero dentro do MST se torna mais concreta.

3 Considerações finais

Com base nesta pesquisa pode-se compreender que os debates em relação à igualdade e às desigualdades de gênero começaram em razão das Mulheres Sem Terra, que se organizaram reivindicando e lutando pelos seus direitos, bem como conscientizando sobre a necessidade de mudança na sua realidade. Por outro lado, também foram ganhando visibilidade porque as questões de gênero prejudicavam o desenvolvimento do MST.

No decorrer do contexto histórico, conseqüentemente, foram criados diversos documentos, setores, folhetos, cartilhas e cadernos, reconhecendo os direitos básicos, políticos e trabalhistas das mulheres. O MMC e o Setor de Gênero foram muito importantes para a consolidação dos direitos no MST; ambos estão vigentes e atuando fortemente. Apesar disso, ainda existem pautas de gênero dentro do Movimento que necessitam de visibilidade e debates.

Percebe-se que o reconhecimento dos direitos das mulheres dentro do MST é um processo muito complexo e contraditório. No presente, o MST está tentando romper os valores dominantes da sociedade capitalista e machista que ocasionam a repressão de gênero; ensinam em suas escolas outros valores para que as crianças e os adolescentes cresçam sabendo respeitar as mulheres e para incluí-las no Movimento de forma integral.

Referências

ANMTR (Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais). **Primeiro Encontro Nacional 1995**. Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 1997. Mimeo.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 11, p. 65-70, 2000. Dossiê Marxismo e feminismo. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/03clara.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. Primeiro Encontro Nacional 1995. Passo Fundo - RS, 1997. Mimeo.

BERETA, Cristiani da Silva. Relações de gênero e subjetividades no devir MST. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 269-287, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QfZkYDrHnDjMMXR7jhHJ9rG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 maio 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. Disponível em: <http://www.contag.org.br/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

CONTAG. **Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais**, 19-22 março 1997. Brasília: CONTAG, 1997. Relatório preliminar. Memo.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100010. Acesso em: 20 abr. 2019.

FURLIN, Neiva. **A questão de gênero no MST**: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação da mulher. 2003. TCC (Lic. em Ciências Sociais) – UFPR, 2003.

FURLIN, Neiva. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. *In*: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.de (org.). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 257-284.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO NACIONAL de Colonização e Reforma Agrária. **Gov.br**, Brasília, 12 jul. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/instituto-nacional-de-colonizacao-e-reforma-agraria>. Acesso em: 7 jul. 2021.

LECHAT, Noelle Marie Paule. **A questão de gênero no movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST)**: estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul. 1993. 225 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UNICAMP, Campinas, 1993. Disponível em: <https://discovery.ebsco.com/c/7zh5jk/details/ocmvgsfohb?limiters=FT1%3AY&q=LECHAT%2C%20Noelle%20Marie%20Paule.%20>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MAGRINI, Pedro Rosas; COELHO, Mara de Souza. A incorporação de lutas transversais pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Revista Mal-estar e Sociedade**, Barbacena – MG, v. 6, n. 10, 2013. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/article/view/328>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MAGRINI, Pedro Rosas. **Produção acadêmica sobre o MST**: perspectivas, tendências e ausências nos estudos sobre gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades. 2015. 378 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MELO, Diana Pereira. **Sem porta-voz na rua, sem dono em casa**: as lutas do movimento de mulheres camponesas (MMC Brasil) pelo direito a uma vida sem violência. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18885/1/2015_DianaMeloPereira.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/>. Acesso em: 21 abr. 2019.

I ENCONTRO NACIONAL do Movimento de Mulheres Camponesas. **CNBB**, Brasília, 18 fev. 2013. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/1o-encontro-nacional-do-movimento-de-mulheres-camponesas/>. Acesso em: 7 jul. 2021.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL. **Nenhuma trabalhadora rural sem documentos**. 5. ed. 2004. Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/site/materiais/download/cartilha_documentacao.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MST. A luta continua: Como se organizam os assentados. São Paulo: Secretaria do MST, 1986. (Caderno de Formação, 10). Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Caderno%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2010.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MST. Nossas prioridades. 3º Encontro Nacional. São Paulo: Secretaria do MST, 1987. (Caderno de Formação, 12). Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Caderno%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2012.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MST. A mulher nas diferentes sociedades. São Paulo: Secretaria do MST, 1988. (Caderno de Formação, 15). Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Caderno%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2015.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MST. Caderno de Normas Gerais do MST. São Paulo: Secretaria do MST, 1989.

MST. A questão da mulher no MST. São Paulo: Coletivo Nacional de Mulheres, 1996. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20quest%C3%A3o%20da%20mulher%20no%20MST.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MST. Documento básico do MST: documento para debate e revisão durante 1994/95. São Paulo, Secretaria do MST, 1994.

MST. Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder. As relações de gênero e o MST. In: CAMPOS, C. (org.). **Setor Nacional de Gênero**. São Paulo, SP: ANCA, 2003.

MST. Mulheres conscientes na luta permanente. São Paulo: MST, 2015.

MST. O setor de gênero do MST. São Paulo: MST, 2010. Disponível em: <http://base.d-ph.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8247.html>. Acesso em: 20 abr. 2019.

O SETOR DE GÊNERO do MST. **DPH**, [s. l.], mar. 2010. Disponível em: <https://base.d-ph.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8247.html>. Acesso em: 20 abr. 2029.

PÁGINA AGRÁRIA (Boletim Semanal da Secretaria Agrária Nacional do PT), [s. l.], n. 165, 12-18 ago. 2000. Disponível em: www.pt.org.br/san. Acesso em: 24 nov. 2022.

PEREIRA, Leticia; JAHN, Elisiane. I Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas. **CPT**, Goiânia – GO, 14 fev. 2013 Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/13-noticias/geral/1467-i-encontro-nacional-do-movimento-de-mulheres-camponesas>. Acesso em: 24 nov. 2022.

SANTO, Thais Masques de. A experiência democrática dos movimentos sociais: uma reflexão a partir da participação política das mulheres no MST. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA - SICP, 1., 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre – RS: UFRGS, 2015. Disponível em: https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/16_DE-SANTO_A-experie%C2%A6%C3%A9ncia-democra%C2%A6%C3%BCtica-dos-movimentos-sociais_-uma-reflexa%C2%A6%C3%A2o-a-partir-da-participac%C2%A6%C2%BAa%C2%A6%C3%A2o-poli%C2%A6%C3%BCtica-das-mulheres-no-MST.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide de; MENEZES, Marilda (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc. Acesso em: 7 jul. 2019.

SOARES, Laís Chilatz. **Mulheres agricultoras, gênero e meio rural**: um estudo exploratório. 2018. 39 f. TCC (Bacharelado em Ciências Sociais) – UFRGS, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/189284>. Acesso em: 22 abr. 2019.